
18. “CAUSAS”, ENGAJAMENTOS POLÍTICOS E PRODUÇÃO ESCRITA NA TRAJETÓRIA DE NEIVA MOREIRA.

José Hailton Costa Coelho¹

Igor Gastal Grill²

Introdução

O ponto de partida do trajeto de realização da pesquisa foi uma prosopografia sobre os denominados “vitorinistas” e “oposicionistas” no Maranhão, isto é, as duas facções políticas que se enfrentavam nas décadas de 1950 e 1960 no estado. Utilizando o livro intitulado “Vitorinistas e Oposicionistas”, de Benedito Buzar (2001), foi produzido um quadro sinóptico com dados biográficos dos principais personagens daquele período. Dentre esses 50 protagonistas apresentados no livro, um chamou muita atenção, pois se destacou como jornalista, político e intelectual: José Guimarães Neiva Moreira. O agente atuou como jornalista em veículos da imprensa estadual, nacional e internacional, foi deputado estadual e federal e é autor de vários livros.

O agente também fazia parte de uma gama de 299 parlamentares analisados dentro de um projeto mais amplo, desenvolvido por Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis, em que investigaram o peso dos investimentos intelectuais na carreira de políticos profissionalizados em mandatos eletivos, atentando para os usos e os significados da produção escrita nas carreiras desses agentes. Desse modo, foram destacados parlamentares dotados de um duplo e indissociável reconhecimento, adquirido como porta-vozes de “causas” legítimas e como portadores da notoriedade obtida a partir da condição de intelectual (GRILL & REIS, 2012).

Optou-se, então, por trabalhar com a trajetória do ex-parlamentar Neiva Moreira como foco de estudo. Com efeito, foram escolhidas três dimensões de análise: a dos engajamentos políticos em “causas” diversas; a produção escrita como jornalista e escritor; e o exercício da função da representação política como parlamentar.

Consideramos engajamento, seguindo a apropriação de Reis (2007, p.10-11) das ideias de Sawicki e Berlivet, como “a disposição dos agentes para tomar posição sobre temas e ‘problemas’ variados a partir de domínios igualmente diversos”. Quer dizer, “independentemente do lugar e da atividade exercida, há um sentido de intervenção e de inserção na realidade que define suas ações e relações”, permitindo, assim, falar de uma “ética que faz da necessidade de buscar a intervenção (ou

¹ Mestrando em Ciências Sociais (PPGCSOC/UFMA). Bolsista do CNPq e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). e-mail: joseh.cs@live.com.

² Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). e-mail: igorgrill@terra.com.br.

transformação) uma dimensão imprescindível da prática social, que é constantemente atualizada nos vários momentos, lugares e etapas de vida dos indivíduos”.

Essa disposição acaba, por sua vez, colaborando para o exercício simultâneo das atividades de produtor cultural (escritor) e de porta-voz (político), pois em casos como o aqui analisado:

representar politicamente é incumbência de agentes que manejam, ao mesmo tempo, saberes específicos do mundo da política institucional e conhecimentos relativos à identidade, à matriz comum, às formas de sociabilidade e comunicação, às concepções sobre o social e o político, enfim, à cultura política dos intelectuais (GRILL, 2014, p. 22).

Por meio da combinação das atribuições como intelectual, jornalista e parlamentar, é possível perceber, no caso em tela, a base triádica de notabilização de parlamentares brasileiros identificada por Reis (2014, p. 260). Isto é: formulação, transmissão e delegação, que dependem das capacidades de edificar “causas”, de utilizar meios como o jornalismo para fazê-las circular e de conquistar a adesão de eleitores.

Como a investigação trata de um ex-parlamentar, os textos de Bourdieu (1989, 2011) sobre o campo político são importantes por apresentarem o funcionamento deste espaço. Desse modo, o autor demonstra que a ideia de campo foi fundamentalmente concebida para estudar a “realidade francesa”, contexto em que o conceito foi concebido. Mas traz várias dimensões que nos ajudam a pensar outras configurações nacionais, como a brasileira.

A noção de campo nos permite entender as posições ocupadas pelos agentes que dele fazem parte e as ações que os mesmos executam, ou seja, faz com que posições e ações apreendidas relacionalmente sejam inteligíveis. Há uma dupla relação que condiciona os jogadores do campo político: uma vinculação que se estabelece entre os membros do campo e outra que se constitui entre o membro do campo e os profanos (nesse caso, os eleitores). Quanto mais o campo político se profissionaliza, mais ele se torna autônomo (e vice-versa). Logo, maior será o distanciamento entre os profissionais e os profanos. Dessa forma, com a complexidade do jogo político, as exigências para entrada de novos atores passam a ser mais exigentes. Porque “somente os políticos podem fazer política, e somente os políticos tem competência para fazer política”. (BOURDIEU, 2011, p.198).

O agente estudado transitou, também, no espaço intelectual. Com efeito, faz-se importante utilizarmos o trabalho da socióloga francesa Gisèle Sapiro (2012), intitulado “Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês”, no qual ela parte do esquema analítico de Bourdieu para pensar o conceito de campo intelectual a partir de um modelo típico-ideal, no sentido weberiano. A autora mostra que:

o conceito de campo intelectual permite tomar por objeto a tensão entre duas dimensões, política e profissional. Situado na intersecção do campo político e dos campos de produção cultural específicos, o campo intelectual participa do campo de produção ideológica (SAPIRO, 2012, p. 21).

Sapiro (2012) destaca a importância do capital simbólico. Este está ligado aos títulos ou ao renome. Os primeiros referem-se a um capital institucionalizado, enquanto o segundo está ligado ao capital de reconhecimento, que se fundamenta no nome do agente. O acúmulo de capital simbólico influencia diretamente na predominância do engajamento político individual ou coletivo. Os menos apossados deste capital atuam de forma coletiva. Já os possuidores de maior volume de capital simbólico, autorizados por seus títulos, tendem a atuar de forma individualizada.

Em recente texto, Coradini e Reis (2012) ressaltam as dificuldades de transmutação do modelo de análise de Sapiro para o caso brasileiro, pois a autora examina, sobretudo, os efeitos da autonomização do campo intelectual e um contexto em que a politização ocorre justamente pela mediação do campo. Isto é:

Apesar da forte multidimensionalidade das lógicas de ação e das práticas sociais, nos centros ocidentais tende a ocorrer uma relativa autonomização da condição de intelectual e, portanto, das suas relações com outros espaços, inclusive aqueles das variadas formas de engajamento e militância (CORADINI e REIS, 2012, p. 11).

Outros autores trabalharam as noções construídas por Pierre Bourdieu para pensar a formação de diferentes campos, sobretudo as intersecções entre os domínios de produção de bens culturais e de bens políticos. As referências abordadas aqui são importantes para pensar a relação entre a intelectualidade e a intervenção política em espaços nacionais como o brasileiro. Do mesmo modo, são relevantes para pensar as relações entre contextos periféricos e contextos centrais, uma vez que a trajetória do ex-parlamentar Neiva Moreira se dá em espaços eminentemente importadores.

Tomando a vinculação entre os intelectuais e a política na Argentina, a reflexão trazida por Silvia Sigal (2012), em “Intelectuais, cultura e política na Argentina”, é imprescindível, pois retrabalha o conceito de campo cultural de Bourdieu para pensar a condição de intelectual em uma situação periférica. Ela mostra que o perfil destacado de intelectual naquele país está estritamente ligado aos acessos à dimensão do poder político e aos campos culturais nos centros ocidentais.

Já quando pensamos a relação entre a atividade intelectual e a política, no Brasil, se faz relevante mobilizar a obra de Daniel Pécaut (1990) “Os intelectuais e a Política no Brasil”. Segundo ele, a atividade intelectual no Brasil não está apartada da política. Uma vez que “De maneiras diversas, sucessivas gerações de intelectuais brasileiros invocaram a 'realidade nacional'. É inteiramente secundário que esta se referisse à cultura ou ao desenvolvimento econômico, ao inconsciente do povo ou à consciência das elites” (p.6). Sendo assim, segundo ele: “Nesse aspecto, o intelectual brasileiro encontra-se na mesma situação que o político: participa de uma realidade que ele detém” (p.7).

Trabalhos como os de Pécaut (1990) grifam a influência dos papéis e das representações ligados ao domínio político entre intelectuais. Porém, Grill & Reis (2012, p. 102) ressaltam que:

No Brasil, há muitas discussões sobre as interferências da ‘política’ no trabalho intelectual, no entanto poucas são as pesquisas que têm aportado sobre a importância da produção intelectual no trabalho político. Isso não somente como estratégia de apropriação de produtos concebidos nos mundos culturais (literatura, ciência, filosofia, religião, etc.), mas também como uma dimensão significativa da própria atividade política ou como trunfo contundente para a conquista de posições relativamente bem alocadas neste espaço de concorrência.

Sendo assim, o engajamento em “causas”, evidenciado tanto na produção escrita como na atuação como político (parlamentar e líder partidário), são os eixos de investigação privilegiados neste paper, por intermédio da análise da trajetória de José Guimarães Neiva Moreira. Por conseguinte, a noção de *trajetória*, trazida por Pierre Bourdieu (1996) no texto “*A ilusão biográfica*”, serve como suporte para o nosso trabalho.

Bourdieu (1996) faz uma discussão a respeito da diferença entre trajetória e biografia. Quando falamos da biografia ou história de vida, “é pelo menos pressupor (...) que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história” (BOURDIEU, 1996, p.74). Tratar a história de vida como uma série de fatos de forma coerente, organizada e com uma sequência ordenadas de eventos, “talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (BOURDIEU, 1996, p. 76). Para fugir à “ilusão biográfica”, Bourdieu (1996) concebe a noção de *trajetória*, que nos permite entender a objetivação da relação entre o agente e as forças presentes em diversos espaços.

Por fim, considerando o amálgama entre engajamentos em “causas”, a condição de intelectual e a posição de porta-voz na política, uma via de análise se mostrou profícua, a saber: como o agente utilizou a categoria “povo” ao longo do seu percurso e como é ativada principalmente nas atividades de jornalista, de escritor e de político? Os títulos dos trabalhos escritos e os comentários feitos pelo próprio agente (nas suas memórias) e por estudiosos (que analisaram o seu caso) permitiram identificar “os usos do povo” (BOURDIEU, 2004) no itinerário do agente.

Todas essas noções permitiram a construção da trajetória de Neiva Moreira. Uma vez que, por meio delas, foi possível traçar seu perfil social, político, intelectual e ideológico, assim como sua atuação como ativista em movimentos e embates políticos e como jornalista na imprensa escrita (em âmbito regional, nacional e internacional), atentando igualmente para a produção escrita em forma de livros nas etapas da sua carreira política.

1. Da infância à entrada na política eleitoral (1917 – 1951)

A fim de localizar o caso, cabe voltar um pouco no tempo, situando os condicionantes vigentes no Maranhão, durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Devido à mudança de regime político (do Império para a República) no Brasil e ao falecimento de “velhos líderes” na década de 1880, o Maranhão passa por uma acelerada renovação de sua “oligarquia regional”. Este processo de renovação não significou uma imediata mudança estrutural (enfraquecimento do chamado “padrão oligárquico”), mas existem, segundo Flávio Reis (2007), duas características importantes neste processo:

A pressão para ascender na hierarquia dos grupos políticos advinda de um corte geracional e a capacidade do arranjo oligárquico em mantê-la dentro das regras da organização política vigente. Ou seja, as pressões de geração por si só não acarretam modificações que transformem significativamente o padrão oligárquico de dominação. É necessário verificar as condições em que tal renovação está se processando, pois a natureza da crise que ela pode desencadear condiciona o alcance das mudanças (REIS, 2007, p.101).

O cenário político nacional, e conseqüentemente maranhense, passa por uma grande transformação nesse período de mudança de regime, mas isso não significa, pelo menos imediatamente, que as práticas políticas de trocas de favores definham. Seguindo a linha de reflexão de Flávio Reis (2007) “a estrutura política maranhense ganha novos atores dentro do ‘jogo’ e se mantém contínua”. Segundo o mesmo autor: “as transformações econômicas ocorridas no Maranhão na virada do século não acarretaram grandes modificações no recrutamento dos setores mais altos da representação política”.

É nesse contexto que o jornalista José Guimarães Neiva Moreira nasceu. Utilizando as informações sobre sua origem social, sistematizadas por Benedito Buzar (2001), reconstituiremos as fases de sua infância e adolescência.

O ex-parlamentar nasceu em 10 de outubro de 1917. Hobsbawm (1995) mostra que este período histórico é conturbado e de grandes e importantes acontecimentos, por exemplo, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, etc. Estes eventos influenciaram a política mundial em todo século XX e também ajudaram a edificar ideologias e visões de mundo que interpelaram Neiva Moreira. Principalmente a Revolução Russa, que ajudou a transplantar o ideário comunista e socialista para diversas regiões do mundo, com apropriações e amalgamas com outras ideologias (como o nacionalismo) que contribuíram para forjar lideranças em contextos diversos.

Neiva Moreira nasceu em Nova Iorque, município localizado a 496 quilômetros de São Luís, na região leste maranhense. É filho do comerciante Antônio Neiva Moreira e da professora Luzia Guimarães Moreira. Seu pai pertencia a uma família muito conhecida no Maranhão, os Neiva de Santana, que teria dois ramos: uma maioria pobre e uma pequena parte abastada. Neiva Moreira faria parte do ramo pobre. Era primo do médico Pedro Neiva de Santana, que mais tarde fora reitor

da Universidade Federal do Maranhão e governador do estado. Seu avô, por parte de pai, era cearense e pequeno agricultor. Seu bisavô, também cearense, era tropeiro. Sua avó, segundo ele em suas memórias, fez parte dos revolucionários da Coluna Prestes. A família de sua mãe é originária de Iguatu e Quixadá, também no Ceará. Professora recém-formada, ela foi contratada pelo governo em 1915 para implementar o ensino primário no “sertão”.

No seu livro de memórias, ele se inscreve na genealogia dos Neiva e aciona qualidades da mãe que serão marcas do seu perfil:

Minha família tinha dois ramos: uma maioria pobre, classe média pra baixo; a outra (pequena parte) de abastados que, com visão empresarial e muito suor – deles e, sobretudo, dos camponeses -, conseguiu propriedades e gado. Eu sou do ramo pobre. Meu pai, Antônio Neiva Moreira, na intimidade, Tutu, era quitandeiro. Minha mãe, Luiza Guimarães Moreira, professora, era carinhosamente chamada de Mariinha (MOREIRA, 2007, p.20).

Dona Mariinha caracterizava-se pela inquietação intelectual. Sempre a considerei, sem medo de errar, uma militante progressista. Escrevia e organizava reuniões artísticas. Não sei como aprendeu francês. Recebia jornais de Paris e, o seu exemplo, desde cedo transformou-me em um não conformista. Ela viva em choque permanentemente com o meio (MOREIRA, 2007, p. 21).

Órfão de pai aos seis anos, Neiva Moreira mudou-se com a família para Barão de Grajaú, onde fez o primário e ajudou na subsistência familiar. Na infância vendeu bolos, foi remador de canoas no rio Parnaíba e atuou como cobrador da Associação dos Empregados do Comércio de Floriano, no Piauí. Neste município, iniciou o curso ginasial, continuando-o no Liceu Piauiense, de Teresina, e no Liceu Maranhense, de São Luís. Ainda em Floriano (PI), deu os primeiros passos no jornalismo, na redação do jornal estudantil *A Luz*. Depois, em Teresina, já na década de 1930, ao mesmo tempo em que estudava no Liceu local, fundou e dirigiu, com Carlos Castelo Branco (conhecido como Castelinho, do Jornal do Brasil), o jornal *A Mocidade* (BUZAR, 2001).

A década de 1930 é repleta de acontecimentos que influenciaram a política brasileira. Segundo Hobsbawm (1995), “Entre-guerras” é a denominação dada ao período que se estende do fim da primeira guerra mundial até o início da segunda guerra.

O início da década de 1930 no Brasil é marcado, segundo Thomas Skidmore (1979), pela “Revolução de 30” que deu início a “Era Vargas”. Esse fato “pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890” (SKIDMORE, 1979, p.26). Nesse contexto também surge Ação Integralista Brasileira (AIB), tendência política que se afirmou em 1932, posteriormente à revolução de 30.

Durante este período de transformação na política brasileira, Neiva Moreira transferiu-se para São Luís, “em busca de um trabalho para jornalista mais promissor”. Ele chegou ao jornal *A Pacotilha*, dirigido por Nascimento de Moraes. Nesse jornal, Neiva Moreira era responsável por cobrir as sessões da Assembleia Legislativa. Espaço este que já era envolto de disputas políticas entre Marcelino Machado e Magalhães de Almeida e seus seguidores (os chamados “marcelinistas” e “magalhãesistas”). Ainda dedicando-se aos estudos, Neiva Moreira matriculou-se no Liceu

Maranhense, a mais importante instituição de ensino secundário do período (em que estudaram dezenas de futuros políticos maranhenses que foram contemporâneos de Neiva Moreira em distintos embates, como aliados ou rivais). Neste colégio começou a participar das discussões e disputas em torno das ideias de integralismo e comunismo que vigoravam na década de 1930 no cenário político internacional e no Brasil (BUZAR, 2001, p. 255).

Devido à segunda guerra mundial os jornais de São Luís encontravam dificuldade para obter materiais gráficos, que na maioria das vezes eram importados. Diante dessa dificuldade, imputada à segunda guerra, e acionando o elo de um tio, Manoel Neiva, o jornalista Neiva Moreira deixou São Luís e sua família em viagem para o Rio de Janeiro, no início de 1942. No Rio de Janeiro começou trabalhando como repórter *free lancer*, no Diário de Notícias. Com ajuda novamente do tio Manoel, que seria um “socialista bem conceituado”, conseguiu chegar aos Diários Associados, depois sendo aproveitado como repórter policial no Diário da Noite (BUZAR, 2001).

Nos Diários associados, Neiva Moreira teve contato com o jornalista Carlos Lacerda que o convidou para fazer parte da equipe da revista *O Cruzeiro*, de grande circulação. Nesse mesmo jornal manteve uma relação estreita com Assis Chateaubriand. Este grande empresário do jornalismo designava a Neiva Moreira entrevistas com grandes personalidades nacionais e internacionais. Ainda no Rio de Janeiro contribuiu para os jornais *Vanguarda*, de cunho integralista, *O Semanário*, organizado por intelectuais de esquerda, e foi um dos fundadores de *O Panfleto* (Buzar, 2001).

Assim sendo, percebe-se três alianças decisivas no momento da sua afirmação profissional: o tio Manoel Neiva; o político e jornalista Carlos Lacerda; e o empresário Assis Chateaubriand. É sintomático que esses personagens estejam envolvidos em diversos eventos protagonizados por Neiva Moreira e inseridos em disputas ideológicas próprias do período 1945-1964 entre integralistas, comunistas, trabalhistas, liberais, etc.

No plano local, entre 1945 e 1965, o Maranhão viveu sob o denominado “Ciclo do Vitorinismo”. Igor Grill (2012) destaca algumas facetas do “comando” exercido por Victorino Freire sobre uma rede de seguidores que se alocou sob a órbita da sua liderança, conseguindo ainda durante vinte anos (1945 -1965) manterem-se como centro da política maranhense, conduzindo o jogo político-partidário. Afirma o autor:

Além disso, contou com o fortalecimento de uma configuração de apoios e de seguidores que, apesar de instável devido às frequentes crises ‘intra-oligárquicas’ ou realinhamentos nas lutas entre facções, revelou grande potencial de renovação de elos e sedimentação de cadeias de lealdades [...] Chama à atenção as estratégias de afirmação, de reprodução e de sucessão políticas das principais lideranças identificadas, assim como os mecanismos de cooptação operados pelo líder (GRILL, 2012, p.197).

O autor faz também uma caracterização dos aliados de Victorino Freire, e segundo ele:

Observa-se que os perfis dos agentes aliados à Victorino são marcados por ocupações ligadas ao domínio do saber jurídico, ao ‘mundo empresarial’ e ao exercício da Medicina, destacando-se a posse de títulos superiores e a passagem por instituições situadas na capital, São Luís, ou em centros maiores. As carreiras políticas dos mesmos foram inauguradas em cargos obtidos mediante nomeações ou diretamente por mandatos de Deputado Estadual ou Federal e contavam com importantes trunfos na competição política, sobressaindo-se a vinculação a ‘ascendentes’ com participação política, os laços de parentesco na mesma geração e a constituição de ‘sucessores’. Sem deixar de mencionar que as adesões desses agentes à figura de Victorino Freire obedeciam a fidelidades e alinhamentos anteriores à redemocratização em 1945 e guardaram relação com lealdades e rivalidades intergeracionais, bem como resultaram da atualização de vínculos ou rompimento de laços interpessoais (GRILL, 2012, p. 197).

No período em que transcorreu a Revolução Chinesa, em 1949, Neiva Moreira voltou ao Maranhão a convite de Clodomir Millet para trabalhar no *Jornal do Povo*. Jornal que foi inicialmente fundado pelo então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, no intuito de sustentar o Partido Social Progressista (PSP), no Maranhão. O jornal foi inaugurado em 1949, sob a direção do senador José Neiva (parente de Neiva Moreira), que havia rompido com o vitorinismo.

De acordo com Wagner Cabral da Costa (2004), por meio do *Jornal do Povo* o PSP se constituiu como o “segundo maior partido do Estado e líder das oposições”. O jornal tinha em Neiva Moreira sua figura de destaque, pela sua prática política de “oposição ao vitorinismo”, combatendo a corrupção eleitoral e por uma “uma forma de paternalismo filantrópico junto às populações de mais baixa renda do Maranhão” (COSTA, 2004, p. 267). Via a atuação de Neiva Moreira, o PSP afirma-se como o maior porta-voz das oposições maranhenses e conquistou uma grande base eleitoral em São Luís.

Em 1950, ano em que o Brasil vivencia a volta de Vargas à presidência e o chamado “período populista”, Neiva Moreira obteve êxito na sua candidatura a deputado estadual, obtendo uma votação significativa. No entanto, Wagner Cabral da Costa (2004) e Flávio Reis (2007) descrevem que as eleições foram tumultuadas e originaram, como consequência, um movimento denominado de “greve de 51”³.

Nesse momento, a atuação como jornalista, associada à atuação partidária e eleitoral, revela em detalhe, pela primeira vez, o amalgama entre esses dois universos (intelectual e político) na trajetória do personagem. A combinação de disputas política na periferia, o uso de competências e relações ligadas ao mundo do jornalismo e o engajamento em “causas” que ativam a categoria “povo” sem grandes definições ideológicas desvelam os condicionantes históricos em pauta e a posição ocupada pelo agente nessa conjuntura.

O uso do termo “povo” e a mobilização dos chamados segmentos “populares” por meio de mobilizações em bairros pobres e carentes, tendo como “mote” a luta dos oposicionistas contra a facção liderada por Vitorino Freire, retrata a adesão do personagem a uma narrativa

³ A “greve de 51” foi um movimento contra a posse de Eugênio Barros, diplomado governador devido à morte de Saturnino Bello (candidato das oposições), sem um novo pleito (como exigiam as oposições).

sistematicamente acionada pelos intelectuais maranhenses, a saber, o que Alfredo Wagner Almeida cunhou como “ideologia da decadência” (ALMEIDA, 2008)

A nostalgia e a idealização do passado passam a representar figuras essenciais na representação acerca do Maranhão. O presente passa a ser vivido como um resíduo do período denominado áureo. (...). A chamada decadência é sempre contemporânea de quem está falando.

(...). O Maranhão é assim visto como tendendo à uma prosperidade possível, embora imerso numa constante decadência. O presente é ao mesmo tempo, de maneira paradoxal, o princípio do futuro e a última etapa de um passado que persiste enquanto tradição e mito.

O “combate” ao vitorinismo obedece, então, ao imperativo da derrubada da “decadência”, de um ciclo tido como sinônimo de “atraso” e de “obstáculo” para o encontro com o “futuro”, o “desenvolvimento”, a “justiça”, o “progresso”, bem como de reencontro com a vocação para a “prosperidade” (GRILL, 2012).

Desse modo, a atuação intelectual mais sistemática foi por meio do jornalismo e pela atuação junto a movimentos de bairros. Todavia, em 1949, ele publicou seu primeiro livro chamado de “Fronteiras do mundo livre”.

2. Da ascensão ao bloqueio (1952 – 1964)

A Guerra Fria teve uma grande influência ideológica no mundo. Apesar do caráter de tensão militar ocorrer entre as duas grandes potências, o que podemos observar, conforme Hobsbawm (1995), é que suas consequências, sobretudo políticas, foram sentidas praticamente em todos os países. A corrida armamentista (nuclear) entre os EUA e a URSS e a ameaça de guerra entre esses países gerou outros conflitos e movimentos pelo mundo contra as armas nucleares e a favor da paz. As duas potências também mostraram sua influência política aos países ocidentais. Diversas intervenções foram observadas, por exemplo, na América Latina.

Em plena Guerra da Coreia (1951-1953), uma das consequências da Guerra Fria, o Brasil se encontra em momento diferente daquele observado durante o Estado Novo (1937-1945). Segundo Skidmore (1979):

A sociedade brasileira apresentava uma estrutura de classes mais nitidamente diferenciada do que a do tempo de Estado Novo, especialmente nos primeiros anos. O duplo processo de industrialização e urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana (SKIDMORE, 1979, p. 111).

Segundo Wagner Cabral da Costa (2004), neste período, logo após a “crise de 51”, o cenário político maranhense ainda apresentava consequências desta crise. As disputas partidárias acirravam-se com maior frequência. E o estado do Maranhão encontrava-se sob o “comando” daquilo que foi denominado de “vitorinismo”. O autor aponta para o ingresso na arena eletiva de José Sarney, uma figura muito importante na política maranhense e brasileira. Costa (2004) situa

Sarney na “geração de 45”: Fátima Gonçalves (2000) discute e caracteriza a chamada “Geração de 50” (outra denominação para a mesma “geração”), da qual seu maior expoente é José Sarney:

Ao buscar uma consagração, sobretudo pelo *discurso regionalista*, o acadêmico José Sarney permite que se tente colimar critérios como *vocação*, *ascendência* e *consagração de seus pares no campo literário*, os quais se toma como disposições construídas para tanto. Utiliza-se o *senso público* como o espaço em que os agentes e instâncias de legitimação e consagração *falam sobre* o referido acadêmico e sobre as suas produções no campo literário (GONÇALVES, 2000, p. 31).

Neste contexto, o então deputado estadual Neiva Moreira encontrava-se, segundo informações de Benedito Buzar (2001), ligado a duas iniciativas:

Numa vertiginosa ascensão política em São Luís, isso fez com que ele tomasse duas iniciativas marcadamente imprescindíveis para colocar em ação um projeto político promissor. A primeira, dizia respeito ao Jornal do Povo. O matutino que Adhemar de Barros montara para cumprir uma finalidade (eleição presidencial) ganhara tamanho prestígio e credibilidade na sociedade maranhense, que ele partiu para uma empreitada audaciosa: adquirir o controle acionário da empresa que controlava o Jornal do Povo. As negociações junto a Adhemar de Barros e a Clodomir Millet foram coroadas de êxito. Assim, o Jornal do Povo, a partir de outubro de 1952, transferia-se para o domínio de Neiva Moreira.

A segunda referia-se à sua militância político-partidária. Com o sensacional crescimento do PSP, havia necessidade do partido ademarista contar com uma expressiva bancada na Câmara Federal, no pleito de 1954. Nessa perspectiva, organizou-se uma chapa bem representativa em que, apesar das grosseiras fraudes eleitorais perpetradas no Maranhão inteiro, o PSP elegeu quatro deputados federais: Neiva Moreira, Clodomir Millet, Henrique de La Rocque Almeida e Afonso Matos (BUZAR, 2001, p. 261-262).

Neiva Moreira foi eleito Deputado Federal pela primeira vez em 1954 e, quando chegou no Congresso Nacional, recebeu a indicação para ser um dos vice-líderes da bancada do PSP, engajando-se, também, na Frente Parlamentar Nacionalista, grupo suprapartidário que lutava em defesa da soberania do país e contra os interesses do capital estrangeiro. Reelegeu-se em 1958.

Durante as eleições de 1960, para a presidência da República, Neiva Moreira, já integrado ao círculo de expoentes do trabalhismo brasileiro, apoiou a chapa formada por Henrique Lott (PSD) e João Goulart (PTB). Benedito Buzar (2001) mostra que:

Neiva Moreira, em face de sua posição nacionalista, tomou uma posição política que lhe acarretou ‘acentuado’ desgaste eleitoral, em São Luís: em vez de acompanhar

Adhemar de Barros, apoiou o candidato do PSD, partido contra o qual sempre lutou. O eleitorado oposicionista não entendeu seu posicionamento. Acostumado a vê-lo sempre junto de Adhemar de Barros, não o compreendia apoiando um candidato que recebia o aval político do vitorinismo (BUZAR, 2001, p. 263).

O vitorioso para o cargo de presidente fora Jânio Quadros, mas para vice-presidente elegeu-se João Goulart. O último acabou assumindo com a renúncia do primeiro.

O governo de João Goulart é apontado por Thomas Skidmore (1979) como sendo mais um que tentou equilibrar a economia brasileira e não obteve êxito. Soma-se a isso que a ausência de uma unidade partidária seria um dos principais fatores do fracasso do seu governo.

Para esse período Wagner Cabral da Costa (2004) mostra algumas causas da perda de votos de Neiva Moreira nas eleições de 1962 quando concorreu à reeleição, com êxito, para Câmara Federal:

Dessa forma, nas eleições proporcionais de 1962, a UDN retornou às Oposições Coligadas, elegendo Sarney como o deputado mais votado da oposição e o 2º mais votado em todo o estado. (...) destacaram-se no pleito ‘a expressiva votação’ de José Sarney e ‘a declinante votação do deputado Neiva Moreira [PSP] em São Luís, sua principal base eleitoral, resultado da virulenta campanha anticomunista decretada pelos setores empresariais e clericais’; concluindo daí que ‘Sarney ampliou seu espaço político, resultando-lhe invejável posição popular na capital’, credenciando-se, assim, a disputar as eleições para governador em 1965 como candidato das Oposições Coligadas (COSTA, 2004, p. 22).

O golpe militar mudaria também a trajetória de Neiva Moreira. O movimento militar, desencadeado em abril de 1964, que levou o Brasil a um regime ditatorial, abortou o plano de Neiva Moreira de concorrer a governado no pleito de outubro de 1965. Pelo tipo de militância que desenvolvia, foi um dos primeiros a ser preso e a sofrer perseguições dos novos detentores do poder. Com base no Ato Institucional nº 1, teve seu mandato parlamentar cassado e suspenso por dez anos os seus direitos políticos.

Preso em quartéis e fortalezas do Rio de Janeiro e de Brasília, tomou conhecimento que o *Jornal do Povo*, um dos seus veículos de luta, tinha encerrada suas atividades em 3 de abril de 1964.

Nessa segunda conjuntura (1951-1964), percebe-se que as lutas políticas no plano nacional assumem destaque ao lado do “combate ao vitorinismo”. Do mesmo modo, o uso do jornalismo e do *Jornal O Povo* passa a ser combinado com o trânsito na esfera parlamentar e nas altas rodas políticas, sobretudo aquelas influenciadas pelos cunhados João Goulart e Leonel Brizola, que lideravam uma ampla rede de militantes auto-identificados como trabalhistas (GRILL, 2012). Sendo assim, a categoria “povo” e o significado dado à expressão “mobilização popular” aproximam-se dos ideários partilhados pelos seus aliados no plano nacional, quer dizer, a defesa das chamadas “reformas nacionalistas”. Logo o “povo” é associado à classe trabalhadora.

Por conseguinte, percebe-se, neste momento, a adesão de Neiva Moreira ao repertório discursivo da intervenção política e intelectual dos anos 1954-1964, apreendido por Pécaut:

(...) os intelectuais dos anos 54-64 (...) não põem em dúvida que o povo já esteja constituído, e o veem mesmo como a verdadeira garantia da unidade nacional: povo e nação, nesse momento, são indissociáveis. (...), de um lado, têm a missão de ajudar o povo a tomar a consciência de sua vocação revolucionária; de outro, cabe-lhes demonstrar, enquanto ideólogos, que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional são três aspectos de um mesmo processo de libertação, ou seja, de um mesmo projeto (PÉCAUT, 1999, p. 15)

3. Exílio, internacionalização e retomada da carreira política (1965 –2012).

Segundo Hobsbawm (1995), em 1965 o contexto mundial encontrava-se tenso devido à guerra do Vietnã (1965 – 1975), da qual os EUA saíram perdedores do embate militar. Já o contexto brasileiro, entre 1964 e 1965, é de transição para o governo dos militares. Skidmore (1988) mostra que os militares não levaram em consideração o projeto dos outros políticos, e resolveram elaborar seu próprio “Ato Institucional”. O autor afirma que:

O ato não regateava elogios à Revolução, distinguindo-a de todos os outros movimentos armados pelo fato de representar não os interesses e a vontade de um grupo, mas os interesses e a vontade de uma nação. Não menos importante, a revolução vitoriosa legitimava-se a si própria. O congresso, afirmava, recebia sua legitimidade do ‘Ato Institucional’ e não vice-versa (SKIDMORE, 1988, p. 48).

Podemos dizer que a intervenção do regime militar foi fundamental para uma relativa mudança estrutural na política maranhense. “As profundas mudanças introduzidas pelo regime militar na política maranhense surtiram o efeito desejado, propiciando a vitória oposicionista em 3 de outubro de 1965” (COSTA, 2004, p.26).

Fátima Gonçalves (2000) e Wagner Cabral da Costa (2004) analisam a *descontinuidade* que José Sarney buscou estabelecer com o *vitorinismo* e os ganhos decorrentes dessa dissociação como elementos para entender a sua ruptura com o mandatário político, Victorino. Grill (2012), por sua vez, afirma:

(...) o ‘vitorinismo’ e o ‘sarneyismo’ são construções fundamentalmente fabricadas para demarcar uma ideia de descontinuidade e de ruptura política, apresentadas como ‘necessárias’ em vistas do ‘atraso’, do ‘arcaísmo’, etc, recortando a história política regional em ‘ciclos’, ‘etapas’, ‘tempos’. Dois ‘períodos’ que se sucedem, para uns, e que perpetuam a ‘dominação oligárquica’, para outros. Convergindo todos sobre o imperativo da derrubada do ‘passado’. (...). Passado simbolizado por Victorino Freire e por José Sarney (ou por ambos), estendendo-se aos seus ‘grupos’ (categoria nativa que, paradoxalmente, informa a rede de seguidores das lideranças em situações de conflitos, de realinhamentos contínuos, de deslocamentos constantes, mas que remete a uma ideia de permanência e de perenidade). As fronteiras entre as coalizões rivais que se enfrentam com base nessas classificações são movediças, as bases de interconexão são fundadas em cadeias interpessoais e o recrutamento é socialmente endógeno e/ou por cooptação. Os movimentos mútuos e interdependentes entre elas, nas últimas décadas, têm como centro de gravitação a exaltação ou a crítica a José Sarney, como líder de um ‘grupo político’, por consequência reforçando o ‘sarneyismo’ como elemento de localização das demais posicionalidades (GRILL, 2012, p. 215).

Nesse momento, em 1965, Neiva Moreira exilou-se no Uruguai, país no qual permaneceu por aproximadamente dez anos. Sobre sua vida no Uruguai, Neiva Moreira conta, no seu livro de memórias intitulado “O Pilão da madrugada” (2007), que:

Enquanto aprendia a língua, não fiquei fora do trabalho jornalístico. Escrevia artigos, quase sempre com pseudônimos, que colegas uruguaios traduziam, abastecia de material brasileiro as publicações progressistas, principalmente *Marcha*, o grande semanário dirigido por Carlos Quijano, e ampliava os contatos. Recebia ajuda financeira da família no Brasil e de amigos [...].

Um dos nossos apoios mais sólidos na imprensa era o diário *Época*, de linha socialista, mas sem filiação partidária. Frequentava muito esse jornal, para publicar notas sobre a nossa luta e, também, ler os despachos de agências. Obtínhamos, assim, alguma informação nova sobre o que se passava no Brasil e no mundo (MOREIRA, 2007, p.257).

Neiva Moreira também relata, ainda no seu livro de memórias, o significado adquirido pelo trabalho nos jornais *Izquierda*, *El Oriental* e *El Debate*. O primeiro caracterizado por reportagens dinâmicas e o segundo com a especificidade de ser “politicamente mais aberto”. Os três jornais foram fechados devido às condições políticas naquele país.

Logo após o fechamento do *El Debate*, Neiva Moreira escreveu dois livros: *O Exército e a crise brasileira* e *Os Padres Conciliadores e a Sociedade Nova*. Essas duas publicações tiveram uma relevante circulação no Brasil. Nesse período, Neiva Moreira se preparava para escrever o livro *O Nasserismo e a Revolução do Terceiro Mundo*, como a ajuda de um estudioso árabe-paraguaio, Alejandro Hamed.

Neiva Moreira já atuava mais como escritor do que nas redações de jornais, quando começou a trabalhar no jornal *Ahora*. Este jornal era vinculado ao Partido Democrata Cristão. Neiva Moreira denomina seu trabalho neste jornal como “malabarismo político”, pois tinha que publicar os aspectos do embate político do qual o Uruguai vivenciava de forma objetiva (MOREIRA, 2007, p.263).

Diante da tensão política que vivia o Uruguai, Neiva Moreira exilou-se na Argentina, onde passou a editar a revista *Tercer Mundo*. O lançamento da revista contou com a presença de figuras importantes pertencentes desde a diplomacia até o jornalismo. Mas a realidade argentina não permitiu a circulação da revista, pois “suas ideias seriam consideradas subversivas pelo poder dominante” (MOREIRA, 2007, p. 213).

A partir das informações a respeito deste livro, trazidas por Neiva Moreira (2007), podemos dizer que *Modelo Peruano*, livro de 1975, contou com o apoio de uma grande equipe de colaboradores (faziam parte dessa equipe, jornalistas, sociólogos, intelectuais, líderes de guerrilhas e camponeses). Essa heterogeneidade na composição dos colaboradores de Neiva Moreira dá pistas de que o livro abordaria vários aspectos da “revolução” vivida no Peru.

A produção escrita de Neiva Moreira ficou por algum tempo circunscrita somente ao veículo *Peru Informa*, até surgir o movimento dos Países Não-alinhados, em 1975. Foi através desse movimento que Neiva Moreira fez que sua revista ficasse um pouco mais conhecida no Peru, assim como esse movimento denominado de “terceiro-mundista”. As matérias desse trabalho de confecção do livro foram publicadas no diário *Expresso*.

Foi a partir desse trabalho sobre os Países-Não Alinhados, que surgiria o *Guia do Terceiro Mundo*. Um livro publicado na Argentina originalmente com o título de *Almanaque do Terceiro Mundo*, reunindo todo material produzido por Neiva Moreira sobre as condições dos países do Terceiro Mundo.

Saindo do Peru, Neiva Moreira dirigiu-se para o México, onde escreveu a 10^o edição da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, em 1977. No México, Neiva Moreira, em 1979, começou a “fabricar” a primeira edição do *Guia do Terceiro Mundo*. Neiva Moreira trabalhou no jornal *El Comercio*, o maior diário daquele país, assim como nos jornais *O Excelsior* e *El Dia*.

Depois de três anos no México, onde chegou em 1976, começaram a surgir no Brasil condições políticas favoráveis para o retorno do país ao regime democrático. Thomas Skidmore (1988) mostra que o Brasil passava por um processo de “abertura política”. Foi esse processo que permitiu o regresso de Neiva Moreira e outros exilados ao Brasil. Beneficiado pela Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979, Neiva Moreira regressou para o Brasil.

Com a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979, e a imediata reformulação partidária, Neiva Moreira filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, com o qual estreitou as relações de amizade no exílio. Nesse mesmo ano, Neiva Moreira aderiu à carta de Lisboa – o documento oficial de fundação do PDT. Aliou-se a Jackson Lago na organização do diretório regional desse partido, pelo qual disputou o pleito para a Câmara federal de 1982.

Apoiando-nos em informações do Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro (DHBB), percebe-se que no pleito de novembro de 1982, enquanto Brizola era eleito governador do Rio de Janeiro, Neiva perdia a eleição no Maranhão para a Câmara dos Deputados. Quando Brizola assumiu o governo do estado, em março de 1983, Neiva Moreira foi nomeado secretário de comunicação social.

Em 1984, o Brasil vivia um de seus momentos de mobilização política mais emblemática durante o enfraquecimento do regime militar: o movimento das “Diretas-Já”. Mas não foi somente o Brasil que passava por uma agitação política na década de 1980. Eric Hobsbawm (1995) mostra que, em 1985, Mikhail Gorbachev assumiu o poder na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e deu início a medidas políticas importantes, as mais conhecidas foram a *perestroika* e *glasnost*.

Mesmo estando engajado no espaço político maranhense (candidatando-se a cargos eletivos), Neiva Moreira não deixou de publicar suas obras. Em 1989, ele publicou o livro “O Pilão da Madrugada”. Este livro traz a biografia de Neiva Moreira contada por ele mesmo. A obra, de caráter autobiográfico, é fruto de uma entrevista concedida ao jornalista e escritor José Louzeiro. Nela, Neiva Moreira discorre sobre suas atuações no jornalismo regional, nacional e internacional, assim como comenta sua atuação em cargos eletivos e políticos; suas obras escritas; e sua militância em movimentos sociais de caráter “oposicionista”, no Maranhão, e em lutas de “emancipação”, no caso de países que tinha ditaduras como forma de governo, como o Uruguai, Argentina e outros.

Nota-se que o livro serve como coroamento de um processo de ascensão que culminará com a chegada à Academia Maranhense de Letras. O personagem passa a ser visto como escritor, além de jornalista e líder político transnacional da esquerda. Durante sua passagem pelo exterior, suas concepções sofrerem modificações. Nessa dinâmica, ele passou escrever sobre o “povo” e o “popular” como sinônimos de populações “oprimidas” do “terceiro mundo”.

Pela sua atuação como escritor e jornalista, em 1992, foi eleito para a Academia Maranhense de Letras (AML), onde ocupou a cadeira nº 16, que tem como patrono Raimundo Correia e que foi fundada por Corrêa de Araújo. Com a nomeação do deputado José Carlos Sabóia para a Secretaria de Governo da Prefeitura de São Luís, na gestão de Conceição Andrade (1993-1996), assumiu o mandato de deputado federal, no dia 14 de setembro de 1993, passando a integrar, como titular, a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e, como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados (DHBB).

Em 1997 foi lançado o livro “*Neiva Moreira, o jornalista do povo*”, uma seleção de artigos publicados por ele nos jornais de seu estado. Organizado pelo jornalista e acadêmico da AML, Benedito Buzar, a coletânea de artigos escritos por Neiva Moreira mostra claramente que o então parlamentar usava o jornal como um instrumento de combate ao “situacionismo” da capital maranhense. Podemos perceber, também, que os artigos escritos por Neiva Moreira não ficavam restritos somente a descrever os conflitos políticos, mas também em descrever a sociedade, a economia, a cultura, a religião, etc., temas exemplificados pelos seguintes títulos:

- A expansão urbana da cidade;
- A SUDENE e o governo do estado;
- Capitalismo ou dinheirismo;
- Nova política para o norte e o nordeste;
- Reforma agrária;
- Fran Paxeco e a comunidade luso-maranhense;
- A universidade federal;
- Conferência nacional dos bispos.

Neiva Moreira ainda seria eleito deputado federal em 1998 e 2002. Cargos que assumiu e cumpriu até 2007. Nesse mesmo ano se tornou uma figura de destaque do movimento “frente de libertação”, que levaria Jackson Lago ao Governo do Maranhão. E ainda seria assessor “especial” do ex-governador Jackson Lago (2007-2009).

Considerações finais

Tendo como ponto de partida a análise das múltiplas inserções do ex-parlamentar Neiva Moreira em diferentes espaços (jornalístico, político e intelectual), foi possível perceber um baixo grau de autonomia entre os âmbitos de atuação que, historicamente, não sofreram um rigoroso processo de institucionalização. O acúmulo de capitais por Neiva Moreira acompanhou suas díspares inscrições profissionais, políticas e culturais. Examinando os diferentes domínios transitados por ele, foi possível perceber as multiposicionalidades (BOLTANSKI, 1973) a partir das quais atuou e ajudou a edificar “causas”. A multinotabilidade (REIS e GRILL, 2015; GRILL, 2014) conquistada advém, assim, da personificação do capital simbólico, possível graças à indiferenciação das esferas sociais e ao peso da notoriedade pessoal em detrimento da dependência em relação às instituições e às organizações. Isto é, protagonizando eventos e movimentos, revestidos de alto grau de heroicização (GRILL, 2012), e utilizando veículo midiáticos, meio editoriais e siglas - de durações efêmeras e construídas sob as urgências de conjunturas políticas e alinhamentos faccionais - consolidou a reputação associada ao seu nome e a mobilizou em variadas áreas de intervenção.

A análise da sua produção escrita - objetivada em artigos, entrevistas e reportagens para jornais (dominante até o período do exílio) e em livros dedicados a temáticas políticas a partir de tomadas de posição sobre diferentes conjunturas das quais fez parte (prevalente no período de internacionalização) – revela, de forma nítida, o amalgama dos papéis que assumiu e que estavam ligados às “causas”: 1) de representante político; 2) de intelectual-intérprete-ideólogo; 3) de responsável pela circulação e proselitismo. Nesse aspecto, as modificações do sentido dado às categorias “povo” e “popular” são ao mesmo tempo esclarecedoras das adesões assumidas por Neiva Moreira nas batalhas políticas e culturais e das concepções que informaram os agentes encarregados de decifrar o social, no Brasil e no Maranhão, entre os anos 1940 e início do século XXI. Inicialmente foram ativadas como categorias que unificavam, em termos discursivos, “pobres” e “humildes” no Maranhão, que seriam “vítimas” da dominação “vitorinista”, responsabilizada pela condição “decadente” e pelos obstáculos à conquista da “justiça social”. Posteriormente, passaram a ser tomadas como sinônimo de uma classe social (trabalhadores, operários, proletários, etc.) destinada a participar da realização inexorável da tríade que comporia a libertação nacional: “desenvolvimento”, “emancipação” e “independência”. Por fim, passou a servir como elemento de articulação de diversos sinais de dominação ligada à condição social, à posição de classe e à localização no configuração internacional, nos moldes do chamado “terceiro-mundismo” (com fortes ramificações nos movimentos sociais via políticos, intelectuais e clérigos católicos) presentes desde os anos 1960 e 1970 na América Latina.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner. **A ideologia da Decadência**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. “Os usos do povo”: In: _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, 2011.
- BUZAR, B. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: Lithograf. 2001.
- CORADINI, O. L. ;REIS, Eliana T. dos. Transações Culturais, Intelectuais e as Ciências Sociais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9(17), 2012.
- COSTA, Wagner Cabral da. “A Raposa e o Canguru: Crises Políticas e Estratégia Periférica no Maranhão (1945- 1970)”. In: _____. **História do Maranhão: Novos Tempos**. São Luís: EDUFMA, 2004.
- FGV. DHBB - **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediora da FGV, 2001.
- REIS, F. **Grupos políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2007.
- GRILL, I. G. . Bases da notoriedade, trabalho de eternização e confissões ambivalentes: o caso de Afonso Arinos. In: **Anais do 38.º Encontro Anual da ANPOCS**, 2014.
- GRILL, I. G.. Ismos , Ícones e Intérpretes: as lógicas das etiquetas na política de dois estados brasileiros (MA e RS). **Revista de Sociologia e Política**. V. 20(43), 2012.
- GRILL, I.G e REIS E.T. “O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita”. **Revista Pós Ciências Sociais**. V. 09, nº17, 2012.
- GRILL, Igor. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 54, p. 21-42, jun. 2015.
- GRILL, Igor & REIS, Eliana. Trajetórias de Multinotabilidades: Reconfigurações Históricas e Condicionantes Sociais das Inscrições Políticas e Culturais de Parlamentares Brasileiros. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 2, 2015, p. 331 a 369.
- GOLÇALVES, M. F. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA, 2000.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 -1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MOREIRA, N. **Pilão da Madrugada**: Depoimento a José Louzeiro. São Luís: SECMA, 2007.
- MOREIRA, N. **Neiva Moreira: o jornalista do povo**. São Luís: LITROGRAF, 1997.
- SAPIRO, G. “Modelos de intervenção política dos intelectuais. O caso francês”: REPOCS/PPGCSoc, São Luís, nº 17, 2012.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil; entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- REIS, E T. dos. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. **Cadernos Pagu**, v. 43, 2014.
- REIS, E T. dos. **Contestação, Engajamento e militância: da luta contra a ditadura à diversificação das de intervenção política no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Porto Alegre, 2007.

REIS, E. T, dos e Grill, I. G. Letrados e Votados: lógicas cruzadas de engajamento político no Brasil. **TOMO**, , n.13 jul./dez., 2008.

SIGAL, S. Intelectuais, cultura e política na Argentina. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9 (17), 2012.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**, 1964-1965. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.